

JUNTA ADMINISTRATIVA DE RECURSO DE INFRAÇÃO – JARI, CONSTITUÍDA ATRAVÉS DA PORTARIA Nº 020 DE 13 DE FEVEREIRO DE 2017, PUBLICADA NO DIÁRIO OFICIAL DO ESTADO DA BAHIA NO DIA 14 DE FEVEREIRO DE 2017.

PROCESSO: 2019/030071  
RECORRENTE: MARIA JACIANE DA SILVA  
RECORRIDO: SUPERINTENDÊNCIA DE INFRAESTRUTURA DE TRANSPORTES - SIT  
AUTO DE INFRAÇÃO: R000750006

JARI - Junta Administrativa de Recursos de

Infração.

**ACÓRDÃO JARI Nº**

**EMENTA:** Multa por infração ao Art. 218, inc. III do CTB: “Transitar em velocidade superior à máxima permitida em mais de 50%”. INOBSERVÂNCIA DO PRAZO LEGAL. Recurso Conhecido e Provido.

**Relatório**

Trata-se o presente, de Recurso interposto pela proprietária legal, em oposição ao rigor do **ao Art. 218, inc. III do CTB: “Transitar em velocidade superior à máxima permitida em mais de 50%”, na data de 30/01/2018, na Rodovia BA001, Km 68(...), na cidade de Jaguaripe/Ba**, pelo que argui matéria de fato. Argui a Recorrente, inobservância do prazo legal, dentre outras alegações. Requer o cancelamento da multa. A Recorrente junta a documentação obrigatória e necessária à apreciação de suas argumentações. É o relatório.

**Voto**

Superadas as questões de Ordem Processuais, no que pertine à tempestividade e capacidade postulatória. Da análise do Relatório de Auto de Infração- Extrato, verifica-se que as arguições da Recorrente corroboram com a pretensão deste, tendo em vista que, o órgão autuador não agiu diligentemente, pois, não expediu a NAI- Notificação de Autuação de Infração dentro do trintídio legal, uma vez que emitiu/expediu em 23/05/2018, contrariando o previsto no § 3º, art. 4º da Resolução 619 do CONTRAN.

Desta forma e por estes motivos, VOTO no sentido de **CONHECER** do recurso interposto, dando-o por **PROVIDO, pelas razões ora expostas, julgando INSUBSISTENTE o Registro do Auto de Infração nº. R000750006**, lavrado contra **MARIA JACIANE DA SILVA**, determinando seu conseqüente arquivamento. **Acaso já tenha havido o pagamento da multa aplicada, devolva-se a importância, nos termos do artigo.**

**Resolução**

ACORDAM os membros da Junta Administrativa de Recursos de Infração, por unanimidade, **CONHECER** do Recurso apresentado, dando-o por **PROVIDO, determinando o arquivamento do Auto de Infração nº. R000750006**, pelas razões de direito aqui expostas.

Este Acórdão encontra-se, em arquivo neste órgão julgador e terá validade legal desde que acompanhado da Ata de Reunião do dia específico de julgamento devidamente chancelada pelos representantes legais, tudo quanto determinado pelo Art.25 incs. II, IV, VI, X, XI e Art.26 inc. VII do Regimento Interno homologado pelo Decreto nº. 17.825/17.

Sala das Sessões da JARI, 15 de março de 2022.

Gustavo Adolfo Quintella de Cerqueira – Membro Titular / SEINFRA– Presidente

Fábio Reis Dantas - Membro Suplente em Exercício /SIT – Relator

Regina Helena S. dos Santos - Membro suplente em Exercício - DETRAN

José Anibal Cerqueira de Moura Fe – Membro Suplente em exercício – FETRABASE

Gustavo Adolfo Quintella de Cerqueira – Membro Titular / SEINFRA– Secretário interino da JARI